



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES SEMESTRAIS¹

Promotorias Extrajudiciais
(Anexo - Recomendação nº 02/2012-CG)

Membro: Thiago André Pierobom de Ávila²

Unidade: Núcleo de Gênero Pró-Mulher

Período: 2º semestre/2015

Metas estipuladas para o período
• Representar o MPDFT nas reuniões da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – COPEVID/GNDH. • Acompanhar a capacitação da PCDF e da PMDF quanto à formação em questões de gênero. • Fiscalizar os serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar. • Articular em conjunto com a rede o projeto “Proteção Integral à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar” no âmbito da rede de enfrentamento à violência doméstica do Distrito Federal. • Acompanhar as ações do MPDFT na “Casa da Mulher Brasileira”, inaugurada em 02/06/2015, por meio da Assessoria Técnica de Violência Doméstica. • Acompanhar o projeto “Repensar faz meu gênero”, parceria entre o MPDFT e a Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEMIDH para tratar do tema violência doméstica no âmbito das comunidades escolares. • Participar das reuniões da Rede de Proteção às Mulheres do DF e entorno. • Participar da campanha nacional “Justiça pela Paz em Casa”. • Alimentar a página da CNDH no Facebook com as ações do Núcleo de Gênero, aproximando o

¹ Art. 27.

§1º As Promotorias de Justiça com atribuições na esfera extrajudicial elaborarão, individualmente, relatório de atividades semestrais, que deverá conter as metas estipuladas para o período e o resultado de sua atuação, bem como a descrição sucinta dos seguintes movimentos:

I - ações ajuizadas;
II - termos de ajustamento de conduta firmados;
III - recomendações expedidas;
IV - reuniões realizadas;
V - procedimentos instaurados e
VI - outros atos praticados reputados relevantes.

§ 2º O relatório deverá ser remetido às respectivas Câmaras de Coordenação e Revisão e à Corregedoria-Geral, até o dia 15 dos meses de junho e de dezembro. (NR – Resolução nº 133, de 13/ABR/12).

² O Coordenador dos Núcleos de Direitos Humanos acumula as atribuições do Núcleo de Gênero Pró-Mulher, do Núcleo de Enfrentamento à Discriminação - NED e do Núcleo de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – NEVESCA. O presente relatório trata, exclusivamente, das atividades do NEVESCA.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

MPDFT da sociedade civil.

- Tratativas para assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o MPDFT e a ANIS – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero com o objetivo de promover a cooperação técnica em pesquisas de assuntos relacionados ao tema do sistema de justiça do Distrito Federal e Territórios.
- Tratativas para assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o MPDFT e a FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz que tem por objeto instituir a cooperação entre os partícipes, com vistas à promoção e ao desenvolvimento do Curso Promotoras Legais Populares no Distrito Federal, consistindo no apoio administrativo, no compartilhamento de conhecimento, informações e experiências com recorte de gênero, ou quaisquer outras atividades de interesse comum à realização do curso.
- Tratativas para prorrogação do Termo de Cooperação Técnica entre o MPDFT e a UPIS – União Pioneira de Integração Social Faculdades Integradas com o objetivo de estabelecer um regime de cooperação mútua entre os partícipes, voltada para o atendimento e assessoria jurídica de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, na defesa de seus direitos individuais nas esferas cível e criminal, a serem prestados pela Faculdade de Direito da UPIS, bem como o aperfeiçoamento e capacitação técnica de professores e estudantes da Faculdade de Direito da UPIS para atuação na área objeto do termo.
- Prestar apoio operacional aos PJVDs.

Descrição sucinta das principais ações ajuizadas, termos de ajustamento de conduta firmados, recomendações expedidas, reuniões realizadas e procedimentos instaurados

Recomendações expedidas

5/08 – Recomendação 5/2015-CNDH, expedida à Delegada-Chefe da DEAM para registrar o pedido da mulher de medida protetiva de urgência, reencaminhando o pedido no período o mais breve possível, junto com o registro da ocorrência, à DP do local do fato, para que esta reencaminhe a documentação ao juízo competente, redação prevista no art. 12, I e III, da lei n. 11340/2006.

Reuniões realizadas

06 a 26/07 – Período de férias.

27/07 – Palestra Instituto Patrícia Galvão (em SP).

28/07 – Reunião sobre feminicídio.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

29/07 – Entrevista à Revista Época sobre violência contra no ambiente virtual.

31/07 – Reunião do colegiado da Casa da Mulher Brasileira.

03/08 – Solenidade de Abertura da Semana Nacional de Justiça pela Paz em Casa.

04/08 – Encontro Temático no MPDFT sobre Tráfico de Pessoas.

05 a 07/08 – Reunião da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, COPEVID – GNDH, realizada em Belo Horizonte.

10/08 – Reunião com a Comunicação Social: discussão sobre a Campanha de Enfrentamento à Violência Simbólica contra as Mulheres na Mídia e Entrevista Rádio Justiça sobre Feminicídio.

12/08 – Reunião sobre Projeto de Proteção Integral à Mulher Vítima de Violência.

14/08 – Entrevista o jornal o Globo sobre a coleta de material genético em apenados (PA n. 08190.176019/14-16, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os apenados serem submetidos à identificação por perfil genético, mediante extração de DNA, no crime praticado com violência de natureza grave contra a pessoa).

17/08 – Reunião do Fórum Permanente de Discussão sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, criado em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – NEPEM.

18/08 – Entrevista para a TV Globo sobre Feminicídio e Reunião na Secretaria de Políticas de Mulheres – SPM com intuito de elaborar um relatório anual de dados e informações de violência contra mulheres.

19/08 – Reunião Celular do Socorro (alarme do pânico) na Casa da Mulher Brasileira.

20/08 – Reunião sobre a Casa da Mulher Brasileira com Dra. Selma Leite (vice PGJ).

21/08 – Mesa redonda sobre aspectos Jurídicos da Lei n. 11.419/2006.

24/08 – Entrevista realizada por graduanda da Universidade Católica de Brasília sobre Feminicídio.

26/08 – Reunião do colegiado da Casa da Mulher Brasileira e Reunião com a SECPLAN sobre o Projeto de Proteção Integral à Mulher Vítima de Violência.

27/08 – I Encontro da 4ª Câmara Cível sobre Controle e Fiscalização das Políticas Públicas em Saúde.

28/08 – Palestra sobre Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres: revisitando conceitos e princípios, atualização e controvérsias no Ministério Público do Rio de Janeiro.

02/09 a 5/09 – Participação na qualidade de integrante do Encontro Nacional da COPEVID.

08/09 – Reunião sobre o Projeto de Proteção Integral à Mulher Vítima de Violência.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

09/09 – Entrevista para Rádio Justiça sobre a Súmula STJ 542, que trata de ação penal pública e incondicionada nos crimes de lesão corporal resultantes da violência doméstica contra mulher, e Reunião na Diretoria-Geral do MPDFT sobre a viabilidade de financiamento da pesquisa de avaliação de risco nos casos de violência doméstica.

10/09 – Entrevista para CBN sobre violência doméstica.

11/09 – Reunião com Banco Mundial para tratar do financiamento da pesquisa a ser desenvolvida pelo Instituto ANIS sobre feminicídio em parceria com o MPDFT.

15/09 – Atendimento da Senhora Pamela Cristina Correa Lopes, que sofreu assédio sexual no trabalho, com posterior encaminhamento de termo de declaração ao Ministério Público do Trabalho.

16/09 – Reunião na Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal sobre criação de Ouvidoria no âmbito da polícia.

17/09 – Reunião com a Vice-Procuradora sobre a Casa da Mulher Brasileira.

23/09 – Discussão com a Assessoria de comunicação/MPDFT sobre a Campanha da COPEVID de Enfrentamento à Violência Simbólica contra a Mulher nas propagandas.

30/09 – Reunião com o colegiado da Casa da Mulher Brasileira.

01/10 – Reunião com a SECPLAN para tratar da pesquisa sobre avaliação de risco nos casos de violência doméstica.

02/10 – Participação na condição de palestrante no Curso de Investigação, processo e julgamento, com perspectiva de gênero, das mortes violentas de mulheres (feminicídio) da Universidade de Brasília – UnB.

06/10 – Discussão com a Assessoria de Comunicação/ MPDFT sobre a Campanha da COPEVID de Enfrentamento à Violência Simbólica contra a Mulher nas propagandas e Reunião com o Setor de Integração – SEINT/MPDFT sobre os estereótipos de gênero nos eventos institucionais.

09/10 – Reunião com Setor Psicossocial SEPS/MPDFT para tratar sobre o Projeto de Proteção Integral à Mulher Vítima de Violência.

13/10 – Reunião com a rede local do Distrito Federal para tratar do Projeto de Proteção Integral à Mulher Vítima de Violência.

16/10 – Reunião, junto com os coordenadores do Centro Judiciário da Mulher – CJM, na Casa da Mulher Brasileira para tratar do projeto Maria da Penha vai às escolas.

19/10 – Reunião do Fórum Permanente de Discussão sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, criado em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – NEPEM.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

21/10 – Reunião com a rede local de atendimento à mulher vítima de violência para discutir o funcionamento dos serviços psicossociais no Distrito Federal e Reunião na Câmara dos Deputados sobre o PL 173/2015, que tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas da Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha.

22/10 – Reunião com representantes da Secretaria de Segurança Pública do DF sobre gerência de Prevenção de Violência à Mulher.

26/10 – Visita à Agência de Publicidade junto com Jun Matsuoka, Assessor de Comunicação/MPDFT, para tratar da Campanha de Violência Simbólica contra as Mulheres nas propagandas.

27/10 – Reunião com a chefe do Setor Psicossocial e chefe da Secretaria Executiva de Medidas Alternativas sobre aplicação do Projeto de Proteção Integral à Mulher Vítima de Violência.

28/10 – Reunião com o colegiado da Casa da Mulher Brasileira.

29/10 – Reunião com a rede local sobre o Projeto de Proteção Integral à Mulher Vítima de Violência: discussão do protocolo de atendimento às vítimas e Reunião com os coordenadores do Centro Judiciário da Mulher sobre o projeto Repensar faz meu gênero.

03/11 – Reunião com representante da Corregedoria/MPDFT sobre elaboração do Relatório de Violência Doméstica de 2016.

04/11 – Reunião do Projeto de Proteção Integral à Vítima de Violência com os promotores de violência doméstica com intuito de revisar o protocolo de atendimento às vítimas, constante no Projeto de Proteção Integral à Mulher Vítima de Violência.

09 a 10/11 – Participação na condição de palestrante do XXIII Congresso de Criminalística no Rio de Janeiro na temática de bancos de perfis genéticos sobre a obrigatoriedade de os ofensores serem submetidos à identificação por perfil genético, mediante extração de DNA no crime praticado com violência de natureza grave contra a pessoa.

16/11 – Reunião do Fórum Permanente de Discussão sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, criado em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – NEPEM.

20/11– Participação na qualidade de palestrante sobre violência doméstica no Ministério Público da Bahia.

24/11 – Encontro temático com os promotores do júri e violência doméstica sobre Feminicídio.

25/11 – Reunião com os Conselhos de Classe (Medicina, Enfermagem, Assistência Social e Psicologia) sobre limites do sigilo profissional nos casos de violência doméstica e Reunião entre MPDFT, CJM e CG PCDF para tratar do questionário de avaliação de risco referente ao Projeto de Proteção Integral à Mulher Vítima de Violência Doméstica.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

26/11 – Reunião na Câmara dos Deputados sobre o projeto de lei que trata do descumprimento das medidas protetivas de urgência; Apresentação na sala do Conselho Superior da Tese de Doutorado Modelos Europeus de enfrentamento à Violência de Gênero: experiências e representações sociais e Reunião do Protocolo Ibero Americano para Investigação com Perspectiva de Gênero dos Crimes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

27/11 – Participação na qualidade de palestrante sobre Feminicídio no Ministério Público de Goiás na cidade de Luziânia.

30/11– Participação na qualidade de palestrante de Seminário Internacional sobre Genocídio e outras violações de Direitos Humanos.

02/12 – Reunião com o grupo de trabalho GT 6 - Violência Doméstica e Diretos Sexuais e Reprodutivos da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP, que discute o combate à violência doméstica entre outros temas.

03/12– Reunião com a chefe do Setor Psicossocial, Flávia Valentim, para tratar de relatórios psicossociais demandados pelos promotores do júri a partir de 2016 nos casos de feminicídio.

04/12 – Comparecimento no Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP do lançamento da meta da ENASP referente aos crimes de gênero e Participação no Projeto Notifique: Enfrentamento à violência, informação para a ação na Casa da Mulher Brasileira.

11/12 – Reunião do projeto MP vai às escolas e Reunião na circunscrição de Brasília II para tratar da aplicação do Projeto de Proteção Integral à Mulher Vítima de Violência

14/12 – Reunião com representante da Secretária de Segurança Pública para tratar do projeto Celular de Socorro (alarme do pânico) e Comemoração dos 10 anos da CNDH.

15/12 – Reunião na circunscrição de Santa Maria para tratar da aplicação do Projeto de Proteção Integral à Mulher Vítima de Violência.

15/12 – Reunião com representante da Polícia Militar do DF para tratar do projeto Celular de Socorro (alarme do pânico)

17/12 – Entrevista à Rede Globo sobre o 1º caso de Feminicídio do DF.

18/12 – Entrevista ao Instituto Patrícia Galvão sobre Feminicídio.

Principais procedimentos em andamento

- Procedimento Administrativo nº 08190.021306/14-63, instaurado com a finalidade de esclarecer quais os dados atualmente preenchidos no sistema processual do Ministério Público quando do



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

cadastramento de processos relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher.

- Procedimento Administrativo nº 08190.175983/14-82, instaurado com a finalidade de acompanhar a instalação dos Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica contra a Mulher – NAFAVDs nas instalações das promotorias de justiça no DF.
- Procedimento Administrativo nº 08190.175999/14-12, instaurado para acompanhar a questão do atendimento em creches de crianças cujas mães estejam expostas a situação de violência doméstica e familiar.
- Procedimento Administrativo nº 08190.176018/14-45, instaurado com a finalidade de documentar as atividades relativas à implementação do Projeto “Proteção Integral à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar”.
- Procedimento Administrativo nº 08190.176032/14-76, instaurado para acompanhar a implementação da Lei nº 5.425/2014, que cria o programa “Alarme do Pânico”, cujo objetivo é reduzir os altos índices de violência doméstica no Distrito Federal.
- Procedimento Administrativo nº 08190.176019/14-16, instaurado com a finalidade de acompanhar o cumprimento do art. 9º-A da Lei 7.210 de 11/07/84, que dispõe sobre a obrigatoriedade de serem submetidos à identificação por perfil genético, mediante extração de DNA, os condenados por crime praticado com violência de natureza grave contra a pessoa.
- Procedimento Administrativo nº 08190.044614/15-75, instaurado com a finalidade de acompanhar a solicitação de financiamento de pesquisa por parte do Ministério Público quanto à avaliação de risco em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Outros atos reputados relevantes

- Participação, na qualidade de integrante da COPEVID/GNDH, das atividades para adaptação do Protocolo Regional para Investigação com Perspectiva de Gênero dos Crimes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para o contexto brasileiro. As atividades para adaptação do protocolo iniciaram em 2013 e visaram elaborar um guia de procedimentos e orientações com perspectiva de gênero, a serem observados pelos agentes do sistema de justiça e de segurança pública sempre que os fatos criminosos envolverem uma situação de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- Participação nas reuniões mensais do Fórum Permanente de Discussão sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, criado em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

sobre a Mulher – NEPEM/UnB.

- Participação no Conselho Editorial do Portal da Campanha "Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha, representando o CNMP.
- Acompanhamento do Termo de Adesão nº 011/2013, celebrado entre o MPDFT, o TJDF, a Defensoria Pública do DF e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República visando à integração dos diversos serviços públicos de atendimento às mulheres em situação de violência, nos termos do Programa "Mulher Viver sem Violência".
- Acompanhamento das denúncias encaminhadas pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, relativas ao atendimento dispensado às mulheres vítimas de violência doméstica nas Delegacias do Distrito Federal (Procedimento Administrativo n. 08190.044436/13-57).
- Elaboração do projeto "Proteção Integral à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar". Em andamento desde o 2º semestre de 2014, a primeira etapa do projeto consiste na elaboração de um modelo de avaliação de risco e de um protocolo de atuação envolvendo todos os integrantes da rede de proteção à mulher. Após a validação das rotinas pelos parceiros e a apresentação do projeto nas circunscrições judiciais, o NG/CNDH realizará treinamento com os servidores do MPDFT e demais integrantes da rede sobre o preenchimento da avaliação de risco.
- Participação, na qualidade de membro colaborador, da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP, atuando no grupo de trabalho GT 6 - Violência Doméstica e Direitos Sexuais e Reprodutivos.
- Articulação com a PROSUS com intuito de expedir Recomendação ao Sr. Subsecretário de Atenção à Saúde, da SES/GDF, que determina o **imediato** cumprimento do que determina o art. 19-J da Lei n. 8.080/1990, e art. 2º, III, da Lei Distrital n. 5.534/2015, de forma a assegurar o direito à parturiente de ter acompanhante de sua confiança, masculino ou feminino, durante todo o trabalho de pré-parto, parto e pós-parto, em todos os hospitais públicos do Distrito Federal, inclusive no Hospital Regional de Samambaia e no Hospital Regional da Asa Norte.
- Revisão da cartilha Direitos e obrigações dos homens no enfrentamento da violência doméstica e da cartilha Mulher, valorize-se: conscientize-se de seus direitos.
- Acompanhamento e revisão da cartilha em construção idealizada pela Rede de Proteção à Mulher do DF e Entorno junto com a ONU-MULHERES.